



Crédito: MOZ NEWS

RECUPERAÇÃO DEPOIS DO FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO NAS ELEIÇÕES DE 2019!

Governo continua a emitir garantias para financiamento da Petromoc, uma empresa em falência técnica

A tecnicamente falida PETRÓLEOS DE MOÇAMBIQUE, E.P. (PETROMOC) voltou a beneficiar de duas garantias de Estado para obter financiamento junto do Banco Comercial e de Investimentos (BCI) e do Banco Internacional de Moçambique (Millenium Bim) para a importação de combustíveis no período entre 26 de Dezembro de 2019 e 7 de Janeiro de 2020.

As garantias foram emitidas no dia 24 de Dezembro, mas só na semana passada, concretamente no

18 de Fevereiro, foram ratificados os respectivos termos pelo Conselho de Ministros.

Entretanto, o Governo não revelou o valor envolvido nas duas garantias que emitiu a favor da PETROMOC, empresa controlada pelo Estado e com problemas financeiros. Uma auditoria da Deloitte referente ao exercício económico de 2018 manifestou reservas quanto à continuidade da PETROMOC devido ao resultado negativo obtido pela empresa, no valor de 2.018.942.689 de meticais,



Crédito: OPais

depois de, em 2017, o saldo negativo se ter fixado em 4.738.020.031 de meticais; no mesmo exercício económico o passivo corrente excedeu o activo corrente em 6.566.711.815 de meticais, contra 3.708.309.888 de meticais registado em 2017.

As contas da PETROMOC apresentavam, em 2018, um capital próprio negativo no valor de 7.240.237.609 meticais, contra 5.221.294.920 meticais do exercício económico de 2017. “Estas condições indicam que existe uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade em se manter em continuidade” lê-se no relatório e contas da PETROMOC produzido pela Deloitte.

Ainda no relatório de análise às demonstrações financeiras da PETROMOC referentes ao exercício económico de 2018, a Deloitte chamou a atenção para o facto de o capital próprio da sociedade representar menos da metade do capital social, situação que colocava a empresa perante a situação de falência técnica conforme previsto no artigo 119º do Código Comercial: “o órgão de administração que, pelas contas de exercício, verifique que a si-

**As contas da
PETROMOC
apresentavam, em
2018, um capital
próprio negativo no
valor de 7.240.237.609
meticais, contra
5.221.294.920 meticais
do exercício económico
de 2017.**

tuação líquida da sociedade é inferior à metade do valor do capital social, deve propor, nos termos previstos no número seguinte, que a sociedade seja dissolvida ou o capital seja reduzido a não ser que os sócios realizem, nos sessenta dias seguintes à deliberação que da proposta resultar, quantias de dinheiro que reintegrem o património em medida igual ao valor do capital”;

Em resposta a um iminente descalabro financeiro da PETROMOC, o Governo, na qualidade de representante do accionista maioritário (o Estado controla directamente 60% do capital social da PETROMOC e mais 20% através do Instituto de Gestão das Participações do Estado), assumiu mais uma vez, os prejuízos desta empresa pública através da emissão de uma carta de conforto através da qual se comprometeu a apoiar a continuidade das operações da sociedade.

Durante o ano de 2018, o Governo emitiu garantias no valor 22 biliões de meticais para “apoiar” a PETROMOC na importação de combustíveis. Nos primeiros três trimestres de 2018, as garantias de

Estado foram no valor igual de 6,2 biliões de meticaís, totalizando 18,6 biliões de meticaís. Já no quarto trimestre, concretamente no dia 27 de Dezembro de 2018, o Governo voltou a emitir duas garantias para financiar a PETROMOC na importação de combustíveis: no Millennium Bim foi buscar 2.343.189.716,04 de meticaís e no BCI foram 1.868.012.959,39 de meticaís. Estas garantias financiaram a importação de combustíveis no período entre 26 de Dezembro de 2018 e 4 de Janeiro

de 2019. Os respectivos termos foram aprovados na sessão de Conselho de Ministros de 5 de Fevereiro de 2019.

Interessante notar que, nos últimos dois anos, as últimas garantias foram emitidas durante a quadra festiva: em 2018 foi a 27 de Dezembro e em 2019 foi no dia 24 de Dezembro. A diferença, porém, é que os valores envolvidos nas garantias que o Governo aprovou a favor da PETROMOC em 2019 não são públicos.

Sector empresarial do Estado em falência técnica

Através do Instituto de Gestão das Participações de Estado (IGEPE), o Estado controla 12 empresas públicas, tem participação maioritária em 18 empresas e minoritária em 23 empresas.

A PETROMOC é apenas uma de muitas empresas públicas ou maioritariamente controladas pelo Estado que sobrevivem graças às injeções financeiras do Governo. As empresas Aeroportos de Moçambique e Linhas Aéreas de Moçambique são dois exemplos de empresas que estão em falência técnica. Uma auditoria às contas da LAM no exercício económico de 2017 mostrou que a empresa tinha um capital próprio negativo de 3.640.899.557 de meticaís, resultante de perdas acumuladas no valor de 9.186.460.862 de meticaís, e as suas responsabilidades correntes excediam os seus activos correntes, no montante de 6.678.465.955 de meticaís. A continuidade das operações da companhia de bandeira nacional, cujas dívidas estavam acima de 15 biliões de meticaís, estava dependente da injeção de dinheiro por parte do Estado, principal accio-

Aeroportos de Moçambique e Linhas Aéreas de Moçambique são dois exemplos de empresas que estão em falência técnica. Uma auditoria às contas da LAM no exercício económico de 2017 mostrou que a empresa tinha um capital próprio negativo de 3.640.899.557 de meticaís, resultante de perdas acumuladas no valor de 9.186.460.862 de meticaís, e as suas responsabilidades correntes excediam os seus activos correntes, no montante de 6.678.465.955 de meticaís.

nista da empresa.

Já a empresa pública Aeroportos de Moçambique viu as suas contas congeladas em meados do ano passado devido a uma

dívida de 820 milhões de meticaís reclamada pela Comissão Liquidatária do extinto Nosso Banco. Mas além desse montante, os Aeroportos de Moçambique têm uma dívida com outros bancos comerciais num montante de 17 biliões de meticaís.

Em Agosto de 2019, o então ministro da Indústria e Comércio, Ragendra de Sousa, revelou que o Estado gastava, anualmente, 430 milhões de dólares em garantias de Estado e subsídios emitidos a favor de empresas públicas e/ou participadas.

Estas injeções financeiras do Governo às empresas públicas financeiramente doentes, para além de pressionar o Orçamento de Estado deficitário e agravar a já insustentável dívida pública, tira o espaço de acesso ao financiamento das empresas privadas, prejudicando deste modo a capacidade productiva da economia.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) tem estado a pressionar o Governo para reestruturar o sector empresarial do Estado para aliviar as contas públicas. A

reestruturação do sector empresarial do Estado inclui a fusão de empresas, privatização, venda das participações do Estado, venda do património, redimensionamento da mão-de-obra.

Entretanto, o Governo não está a conduzir o processo de reestruturação do sector empresarial do Estado de forma séria e célere e continua a drenar fundos públicos para empresas de gestão duvidosa. Aliás, algumas empresas que sobrevivem das garantias de Estado usam parte do dinheiro para financiar actividades do

partido Frelimo, com destaque para a campanha eleitoral. Por exemplo, durante julgamento do "Caso Aeroportos" em 2009, ficou provado que a Frelimo beneficiou de parte do dinheiro roubado daquela empresa pública. Por sua vez, a LAM tem sido a "transportadora oficial dos camaradas" que se deslocam para diferentes pontos do país em missão partidária. Além de oferecer bilhetes a preços bonificados, a companhia de bandeira nacional transporta alguns dirigentes da Frelimo a título gratuito, situação

que agrava a sua situação financeira. Com bombas espalhadas em todo o país (controla 25% da quota do mercado), a PETROMOC é a fornecedora oficial de combustível do partido Frelimo, sobretudo durante a campanha eleitoral. A emissão de garantias de Estado é uma forma de o Governo da Frelimo recapitalizar as empresas que prestam serviços ao partido. Por isso, o desinteresse do Governo em reestruturar o sector empresarial do Estado é instrumental para a reprodução do partido Frelimo.




INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: João Nhabanga Tinga
Autor: João Nhabanga Tinga

Equipa Técnica: João Nhabanga Tinga, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Denise Cruz, Isabel Macamo.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
Telefone: 21 41 83 36

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



COUNTERPART
INTERNATIONAL



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique

